

Alterações no rumo das reformas na União Soviética sob Gorbachev

Moisés Wagner Franciscan
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, PR.

Resumo: As palavras *perestroika* e *glasnost* tornaram-se correntes na segunda metade dos anos 80, a ponto de integrar o léxico político, como sinônimas de reforma e transparência, também no Ocidente. As reações provocadas foram das mais diversas. Entre setores da esquerda foi da ressurreição do projeto do socialismo de rosto humano até a ameaça do revisionismo e da contrarrevolução capitalista. Entre a direita, da dúvida de que o socialismo real pudesse ser reformado ao triunfo do neoliberalismo. Como acompanhante da ambiguidade dos termos e da incerteza da reforma havia uma constante troca de metas, procedimentos e de alianças políticas, em busca de uma maior base de apoio. A necessidade de mudanças estruturais na condução econômica foi compreendida desde a década de 1950. Reformar o sistema significava tocar em interesses de importantes setores sociais. A resistência desses setores foi o principal fator para o fracasso das políticas reformistas por mais de 30 anos. Essa inércia foi representada pela gerontocracia – sem renovação, a elite política do país era composta por anciões. Em 1985, após o falecimento de três líderes em quatro anos, havia o sentimento de que as mudanças não poderiam mais ser postergadas. Quando vieram, entretanto, ninguém poderia prever o rumo que tomaram, ainda sob o controle de Gorbachev, e principalmente após perdê-lo, tendo seu poder de fato tragado pelo ritmo avassalador das transformações. Nada poderia contrastar mais com os primeiros anos de seu governo, em que as reformas patinavam sob uma resistência passiva e esponjosa, que, para o pesar dos reformistas, ia bem além da burocracia. Nosso objetivo é traçar as mudanças de rumo na condução da *perestroika* e da *glasnost*, entre 1985 e 1991. Para tanto é fundamental a obra de Archie Brown e sua desmistificação da crença de que as reformas já possuíam um modelo acabado quando da ascensão do novo secretário-geral.

Palavras-chave: *Perestroika*. *Glasnost*. Terapia de choque. *Uskorenie*. Gorbachev.

Abstract: The words *perestroika* and *glasnost* became current in the second half of the 80s about to join the political lexicon, as synonyms of reform and transparency, also in the West. The reactions were

provoked the most diverse. Among sectors of the Left's resurrection was the project of socialism with a human face to the threat of revisionism and capitalist counterrevolution. Between the right of the doubt that socialism could be reformed to the triumph of neoliberalism. As a companion of the ambiguity of the terms and the uncertainty of the reform was a constant exchange of goals, procedures and political alliances, seeking greater support base. The need for structural changes in the economic driving has been understood since the 1950s. Reforming the system meant touching interests of important social sectors. The strength of these sectors was the main factor for the failure of reformist politics for over 30 years. This inertia was represented by gerontocracy - without renewal, the country's political elite was composed of elders. In 1985, after the death of three leaders in four years, there was a feeling that the changes could no longer be postponed. When they came, however, no one could predict the direction they have taken, still under the control of Gorbachev, and especially after losing him, taking his power actually engulfed by the overwhelming pace of change. Nothing could contrast more with the early years of his government, in which the reforms have languished under a passive resistance and spongy, which, to the chagrin of reformers, it went well beyond the bureaucracy. Our goal is to trace the changes of direction in the conduct of perestroika and glasnost, between 1985 and 1991. For that is the fundamental work of Archie Brown and his debunking the belief that reforms already had a finished model when the rise of the new secretary-general.

Keywords: *Perestroika. Glasnost. Shock therapy. Uskorenie. Gorbachev.*

A experiência reformista pré-Gorbachev

Anos após subir ao poder, o líder soviético Mikhail Gorbachev (1985-1991) promovem reformas econômicas, políticas e ideológicas radicais na União Soviética. Afirmou, por exemplo, que o papel do Estado na economia é a “[...] criação de normas e condições para o funcionamento das empresas” e da iniciativa individual e coletiva, e não ordens, posse e controles econômicos diretos (GORBACHEV, 1989, 69-70). Gorbachev, já sem comprometimentos com a secretaria do partido comunista e seu cargo de direção, afirmaria:

Quanto à experiência da União Soviética, provou-se que quando o governo assume a função de único proprietário ou detentor principal da propriedade, é transformado em um instrumento de dominação irrestrita da burocracia, enquanto os produtores

são privados da oportunidade de mostrar iniciativa e cultivar o espírito de empresa. Estas qualidades não encontram espaço de expressão em condições em que o governo dita a política econômica.(GORBACHEV, 2000, 51, tradução livre).

Esse posicionamento parecia impensável para o chefe do partido comunista. De fato, não guardava muita relação com as reformas que empreendeu em seus primeiros anos na liderança. Suas primeiras tentativas eram localizadas e operavam dentro da perspectiva de uma melhora do sistema, não em sua substituição. Ambas as fases reformistas seriam marcadas pelo insucesso.

As tentativas de reforma do sistema econômico e de distensão social eram tão antigos quanto a vitória de Krushev¹ sobre o grupo antipartido em 1957. A palavra perestroika, enquanto reconstrução, já constava no discurso da liderança soviética desde 1954. Importantes fatores econômicos do stalinismo foram eliminados² durante seu mandato (1953-1964). Se o degelo ideológico terminou em 1964, não ocorreu uma reestalinização da sociedade (LEWIN, 1988), e o que se vê como conservadorismo e estagnação sob o longo governo de Brejnev (1964-1982), pode também ser visto como uma série de reformas malogradas ou mal vistas impetradas pelo primeiro-ministro Kossíguin (1964-1982). O governo de ampla coalizão formado por Brejnev para suceder Krushev obrigava os conservadores a conviverem com os reformadores. A sensação do Kremlin³ de que as reformas na Tchecoslováquia saíram do

¹ Volkogonov faz a periodização da história política soviética sob a égide de sete líderes durante as sete décadas de duração do regime. Já Medvedev insere na conta a Malenkov (MEDVEDEV, 1987), durante o curto período de tempo em que o poder estava concentrado nas mãos do primeiro-ministro soviético e não nas do secretário-geral que, reagindo a migração das alavancas políticas da órbita do partido para as do Estado, feita por Stalin em seus últimos anos, retomou sua antiga posição em 1954. Malenkov ainda esteve no poder por tanto tempo quanto Chernenko. Seguindo a lógica de Medvedev, Béria, chefe do NKVD (antecessor do KGB, a polícia secreta), também deveria figurar na lista, uma vez que dispôs do poder supremo no país por 100 dias após a morte de Stalin. Assim, uma lista completa dos líderes soviéticos deve ser formada por: Vladimir Illitch Ulianov ou Lenin (1917-1924); Josif Vissarionovich Djughashvili ou Stalin (1924-1953); Lavrentiy Pavlovich Béria (1953); Georgy Maximilianovich Malenkov (1953); Nikita Sergeyevich Krushev (1954-1964); Leonid Ilitch Brejnev (1964-1982); Yuri Vladimirovich Andropov (1982-1984); Konstantin Ustinovich Chernenko (1984-1985); Mikhail Sergeyevich Gorbachev (1985-1991).

² Como a abolição do complexo industrial sustentado pelo uso de mão de obra não paga de prisioneiros (o *gulag*), ou a reorientação do orçamento, que passou a investir mais em bens de consumo e moradias do que na época de Stalin, que resultaram em uma economia menos militarizada e mobilizada (LEWIN, 2007, p.198).

³ O *Kremlin* é a zona cercada por uma muralha no centro de Moscou. Inicialmente uma cidadela, com a fixação da capital veio a abrigar os edifícios que continham os organismos de poder no país. Posto que só foi perdido durante o período em que a capital foi trasladada para São Petersburgo. Como *kremlin* significa fortaleza ou cidadela em russo, boa parte das antigas cidades russas e ucranianas possuem

controle, em 1968, engavetou qualquer política mais arrojada e propiciou aos conservadores uma resistência passiva que, a cada tentativa de reforma, fazia o sistema retornar a sua posição anterior. A palavra reforma tornou-se tabu (BROWN, 1996, p.123).

Entre 1957 e 1965, a economia soviética havia sido descentralizada. A gestão fora delegada aos conselhos regionais, os *sovnarkozes*. Os ministérios e agências centrais foram abolidas ou reorganizadas. Seu pessoal foi disperso pelo país, invés de continuarem concentrados em Moscou e de lá ditando regras, procedimentos, metas e ordens aos quatro cantos da continental URSS. O controle local das fábricas e empresas deveria produzir uma administração mais racional e eficiente. Mas ao provincianizar os burocratas, afastando-os das comodidades dos grandes centros, além de transmitir seus poderes, constituiu um dos fatores para a demissão de Krushev pelo Comitê Central do Partido, em 1964. Com a elevação de Brejnev e de um governo de alianças que manteve boa parte dos principais líderes em suas mesmas cadeiras, as reformas descentralizadoras foram canceladas.

Ainda assim Kossíguin promoveu mudanças que retomavam os anseios de descentralização e de incorporação de mecanismos de mercado (existentes desde o tempo de Krushev), que flexibilizassem e racionalizassem a economia soviética, mas que acabaram oficializando a economia cinzenta das trocas entre diretores de empresas e dos desvios para o mercado negro. Para desespero dos economistas do Gosplan (o comitê de planejamento econômico) e dos ministérios, após as reformas descentralizadoras, a URSS tornou-se uma economia de comando em que era difícil precisar onde estavam os recursos e produtos – uma vez que viraram objeto de troca entre as empresas – e, portanto, quase impossível de se fazer um plano que levasse em conta a capacidade produtiva real e que permitisse a supervisão e fiscalização para sua execução (KAGARLITISKY, 1993). Apesar desse fracasso que aumentou a ineficiência do planejamento econômico, as relações de mercado e a descentralização não foram abandonados por acadêmicos e institutos de pesquisa soviéticos como resposta para os problemas do país.

Andropov (1982-1984) acenou com uma reforma baseada na incorporação de tecnologia e na reimposição da disciplina (YAKOVLEV, 1991), abandonada com o governo de transição de Chernenko (1984-1985). A

um em suas áreas históricas, como Kazan, Smolensk, Novgorod ou Tula.

extenuação do modelo de crescimento econômico quantitativo ou extensivo, diagnosticado e reconhecido desde os anos 70 (POMERANZ, 1990) impunha à nova liderança opções difíceis, já que “[...] a política de canhões, manteiga e crescimento – a pedra fundamental política da era Brejnev – já não é possível” e teria que se optar por uma delas (KENNEDY, 1989, p.487). Até então o regime pôde contrabalançar o crescente recuo nas exportações de bens industrializados, no crescimento econômico e no desenvolvimento tecnológico, bem como os gastos com investimento e a corrida armamentista, com a exportação de petróleo e gás, em alta no mercado mundial. Os fracos resultados na agricultura eram compensados pela posição de maior importador de grãos do mundo.

A continuidade desse modelo verificou-se impossível diante da queda no preço das *commodities* energéticas nos anos 80. Os custos de extração dos soviéticos (US\$ 9) chegaram a ser superiores ao do preço do barril (US\$ 8) (SILVA; CABRAL; MUNHOZ, 2009). A União Soviética se viu sem divisas, sem um parque industrial moderno, com uma economia declinante em meio ao recrudescimento da Guerra Fria. Seu *status* de superpotência nuclear era claro, uma vez que permanecia isolada juntamente com os Estados Unidos. Economicamente, porém, nunca conseguiu impor um distanciamento importante de outras potências.

O tamanho real da economia soviética era motivo de discussão ainda nos anos 70 e 80. Existiam dados que afirmavam que o Japão a havia ultrapassado como a segunda potência econômica ainda em 1972, outros em 1980 (BIALER, 1986), ou no pós-1988, da mesma forma que havia a dúvida sobre quanto o país havia de fato crescido sob o regime, algo entre 90 vezes e 7 vezes no período de 1928-1986 (BROWN, 1996). Essa dúvida pairava também sobre os primeiros anos de perestroika, comandados pelo economista Abel Aganbeguian. Ao contrário de sua afirmação de que ocorreria uma ligeira melhora no desempenho econômico (AGANBEGUIAN, 1988), a revisão estatística de 1988 demonstrou que a retomada do crescimento não ocorreu. Como tendência, a estagnação era clara, como ele afirmava. Mas se analisada mais atentamente, a estatística mostra um quadro mais complexo. 1979, após a última rodada de medidas descentralizadoras, marca um fundo na estagnação. O início dos anos 80 indica uma lenta retomada do crescimento, com “[...] o tradicional recurso stalinista a estritas ordens e restrições centrais”, o que encorajou “[...]”

ilusórias esperanças de retorno a um crescimento econômico dinâmico sem reformas básicas” (HOBSBAWM, 2001).

A gestação da perestroika

Como aponta Brown, nada pode ser mais falso do que a ideia de que a perestroika e a glasnost eram projetos prontos e acabados, expostos de maneira definitiva no Perestroika, de fins de 1987 (BROWN, 2007). Inicialmente, perestroika e glasnost eram objetivos mais distantes da nova liderança, que previa, de imediato, a uskoreníe, a aceleração quantitativa da produção em termos andropovianos de cumprimento de metas e rigidez no ambiente de trabalho. A perestroika era a reforma a longo prazo do parque agroindustrial do país e a glasnost a liberdade de expressão e informação dentro das empresas e dentro do partido (BROWN, 1996, p.87).

Falava-se mais em corrigir os problemas econômicos com reavaliações das prioridades e dos orçamentos destinados pelo plano quinquenal e em uma economia mais aberta à iniciativa individual e coletiva, como a introdução dos contratos por empreitada, mas dentro do quadro de propriedade dos meios de produção pelo Estado. Alguns preferem ver este como um momento de tentativa de prussianização⁴ da URSS – atingir os níveis de produtividade de mão-de-obra e de eficácia do planejamento econômico como os da Alemanha Oriental, a mais dinâmica e próspera economia do socialismo real. Seja pelo reconhecimento de que os russos não eram alemães orientais (BRZEZINSKI, 1990), seja pela impaciência de Gorbachev por resultados (AGANBEGUIAN, 1988), pelos erros na implantação da reforma (POMERANZ, 1990) ou pelo reconhecimento de que os problemas do país eram muito mais profundos (GORBACHEV, 1987a), o plano da reforma sofreu uma inflexão no fim de 1986 e foi esboçada claramente apenas durante o ano de 1987.

⁴ Os soviétólogos – pesquisadores ocidentais que procuravam explicar o sistema soviético – de tendência conservadora recorreram ao termo prussianização para analisar o dinamismo da economia da Alemanha Oriental, a mais próspera e desenvolvida do bloco soviético. Capaz de ostentar não só altos índices de crescimento ainda nos anos 1980 como ainda rivalizar com as nações ricas do Ocidente nos índices de desenvolvimento humano. Como os últimos vestígios territoriais da Prússia (quase totalmente anexada pela Polônia e pela URSS ao fim da Segunda Guerra) ficaram na Alemanha Oriental, o mérito de seu florescimento econômico seria não do decrépito e ineficiente socialismo real, mas sim da disciplina da cultura prussiana. Seus defensores parecem não fazer caso da eliminação física da elite prussiana após o atentado contra Hitler.

Tabela 1

CRESCIMENTO ECONÔMICO ANUAL DA URSS SEGUNDO
AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS SOVIÉTICAS: TAXAS DE CRESCIMENTO
ANUAL (EM PORCENTAGENS) DA RENDA NACIONAL
(PRODUTO MATERIAL LÍQUIDO), 1928-1990.

ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
taxa	8,2	16,0	21,0	16,8	11,3	6,5	15,2	19,2	29,3	12,0	8,9	9,5	11,6
ano	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
taxa	-8	-28,3	12,1	18,9	-5,7	-6	19,1	24,1	18	20,1	12,2	10,9	9,8
ano	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
taxa	12,0	11,9	11,4	6,7	12,6	7,4	7,7	6,9	5,6	4,1	9,4	6,8	8,0
ano	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
taxa	8,7	8,3	4,7	9,1	5,6	3,9	8,9	5,4	4,5	5,2	4,5	5,1	2,2
ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
taxa	3,9	3,3	4,0	4,2	2,9	1,6*	2,3*	1,6*	4,4	2,5	-4		
						(3,5)	(4,1)	(2,3)					

Fonte: SEGRILLO, 2000, 254.

Aqueles que percebem a *perestroika* e a *glasnost* como planos de reformas já completos em 1985 apontam que os dois primeiros, e talvez o terceiro, anos da Era Gorbachev destinavam-se a mobilizar a população para o apoio às reformas, uma campanha de conscientização dos problemas do país e da profundidade da virada na sua condução. Os anos posteriores seriam os de implantação prática das reformas, já com um público simpatizante que as apoiasse e dificultasse seu retrocesso. Mas mesmo assim essa campanha de mobilização transformou-se com o passar do tempo. No início, era fundamentalmente uma campanha contra o alcoolismo e ganhou contornos de crítica e de um levantamento dos problemas do país quando o próprio secretário-geral os citou em 1986, no XXVII Congresso do PCUS⁵ (GORBACHEV, 1986a).

A reforma do sistema impunha, segundo Brown, problemas entrelaçados a serem resolvidos concomitantemente. O avanço em determinado setor dependia do desentrelaçar de outros setores. Acadêmicos soviéticos concordavam com a necessidade dessa estratégia. Ela só foi decididamente incorporada pela liderança a partir de 1987. O primeiro era a reforma do sistema

⁵ Partido Comunista da União Soviética.

político, que deveria ser transformado em um sistema pluralista – se possível, dentro do âmbito do papel protagonista do partido comunista. O segundo era a transição de um sistema de propriedade dos meios de produção 100% estatal para outro no qual o setor privado fosse o fundamental. O terceiro era a real federalização do país em suas diversas unidades territoriais administrativas e étnicas (repúblicas, repúblicas autônomas, regiões autônomas), com o abandono do sistema unitário, centralizado, por outro em que cada república deveria solucionar seus próprios problemas. Por fim, promover uma distensão definitiva com o Ocidente, que possibilitasse o desvio dos recursos destinados ao complexo industrial-militar para a renovação tecnológica do país, o ingresso de investimentos de capital, tecnologia e novos empréstimos ocidentais (BROWN, 1996). Assim o ingresso do país na Terceira Revolução Industrial e seus novos domínios da cibernética, genética e química fina só seria possível em um novo ambiente político. O desenvolvimento econômico e tecnológico experimentando em ditaduras dos mais diferentes perfis ideológicos poderia ter desmentido essa opinião ainda nos anos 80. Posteriormente, entrariam em cena os incentivos materiais, não só salariais, mas na forma de acúmulo de propriedade privada legalmente assegurada ou a remessa de lucros para os investidores estrangeiros.

As reformas poderiam ser necessárias diante da perda relativa de importância da URSS frente a novas nações em ascensão econômica e que debutavam na geopolítica planetária⁶ (KENNEDY, 1989; BRZEZINSKI, 1990), da esperança de que se poderia manter como superpotência militar e assumir um posto mais destacado enquanto superpotência econômica com a modernização (VICENTINO, 1995), ou da necessidade de não se afastar cada vez mais da pujança americana (BIALER, 1986; LÉVESQUE, 1997). Certamente eram prementes.

Não partiu apenas de Gorbachev o ato de repensar a situação do país e reformular por completo a política de reformas. As discussões, existentes nas academias há anos, atingiram novos grupos de debates nas instituições e sociedade soviéticas (MLYNAR, 1987) e a presença das formulações de

⁶ Além de constituírem-se em um cinturão de nações inimigas com alianças militares entre si ou uma hostilidade comum à URSS, que ligava países com desavenças, como Japão e China. A aproximação entre China e Estados Unidos, durante a primeira metade dos anos 1980, também deveria preocupar o Kremlin. Não se pode esquecer que, além dos EUA e do Paquistão, a China forneceu material bélico para os insurgentes no Afeganistão ocupado pelos soviéticos. Um tabuleiro no qual dificilmente os soviéticos poderiam ter esperanças de vencer, com seus fracos e desconfiáveis aliados, uma coligação tão poderosa.

acadêmicos pode ser constatada até pela sua proximidade com Gorbachev enquanto assessores. A origem das pressões vindas de baixo pelas reformas podem ser levantadas ainda nos tempos de Krushev: pela maior liberdade intelectual da *intelligentsia*⁷ (DIAS, 1994; LEWIN, 1988), pela vida privada surgida com a substituição progressiva das *kommunalkas* (as casas coletivas, com cozinha e banheiro compartilhados por várias famílias) por casas e apartamentos (BROWN, 1996) e a urbanização, educação e crescente complexidade social (LEWIN, 1988). Mas não havia qualquer consenso em torno das reformas para além das metas de descentralização e mecanismos de mercado de Kossíguin.

A falsa impressão de um consenso pode ser levantada pela semelhança da agenda dos dissidentes dos anos 70 com as medidas reformistas até 1988, que se enquadravam como uma reforma a partir de dentro do sistema, o modificando-o e renovando mas não o destruindo, constituindo uma dissidência intraestrutural. Entretanto, ao contrário do que sugerem alguns especialistas, a recepção das reivindicações dos dissidentes no meio da sociedade soviética era mínima (BROWN, 1996). Pensadores e cientistas que exigiam reformas de fundo no sistema soviético e que por isso foram condenados, nos anos Brejnev e Andropov, ao exílio interno, como o físico Sakharov, ao externo, como o poeta Solzhenitsyn, ou à prisão, como o matemático Sharansky, eram vistos como criminosos pela sociedade. Também é duvidoso que no regime soviético, sem o aval e a iniciativa vindos do alto, esses desejos represados escapassem para além dos círculos não oficiais de discussão na academia ou entre amigos. Toda reforma obrigatoriamente teria que vir do alto (HOBBSAWM, 2001, 388), apesar de necessitar de bases sociais de amparo e gestação (LEWIN, 1988).

Os primeiros anos de reforma

Em 1985, a liderança, provavelmente mais em função do ritual retórico do que em sua crença, afirmava que a economia do país era harmoniosamente desenvolvida, e que os problemas existentes deveriam ser superados através da imediata intensificação do trabalho e da disciplina das massas. Alguns elementos duradouros da *perestroika* já despontavam, como a criação de políticas de desigualitarismo social e o combate ao nivelamento salarial

⁷ A *intelligentsia* russa era o grupo formado por intelectuais, artistas e escritores. Durante a fase soviética, agrupava igualmente vários segmentos de profissionais especializados.

como fonte de ineficiência e distorções na distribuição de bens, num corte não apenas do tecido social, mas territorial. A centralização permitiria que algumas repúblicas vivessem à custa dos outros, segundo as afirmações dos próprios reformistas (GORBACHEV, 1985). A primeira etapa das reformas é marcada por uma intensa pressão sobre os ministérios e diretores para o cumprimento dos planos. A planificação não se tratava de um sistema equivocada, como seria alegado posteriormente. Mas precisava ser moralizado, inclusive com a retomada de antigos dispositivos disciplinares, como os fuzilamentos.

Em 1985 e 1986, gerentes especialmente corruptos foram levados ao paredão, ou expostos em tribunais televisionados. Quadrilhas, como a máfia que desviava a produção de algodão e cítricos do Uzbequistão e forjava seus dados, foram desmontadas. Crises, como a logística embaralhada com o inverno de 1986 que atrasou o cumprimento das metas do plano, levaram a demissões em massa, como a do próprio chefe do Gosplan⁸, Baibakov, ainda em 1985. Essa agitação da máquina burocrática, que comandava a economia e que permaneceu inerte e intocada durante a era Brejnev, parecia não surtir o efeito desejado. Alegou-se que os instrumentos coercitivos da economia de comando também teriam se exaurido. Mais eficiência e organização poderiam ser obtidas com reorganizações ministeriais, como a fusão de ministérios que criou um superministério, o Comitê da Indústria Agroalimentar, ou Gosagropom, em 1985. Não se afirmava que a burocracia era o problema da economia soviética.

O crescimento intensivo, o desenvolvimento técnico-científico, a melhoria da qualidade dos produtos era apenas um horizonte. O instrumento seria a readequação do próprio plano quinquenal a essas necessidades. Em outras palavras, mudar a direção das inversões de capital. O plano 1985-90, que havia sido recentemente aprovado, foi refeito ainda em seu primeiro ano pela equipe de Aganbeguian. A incorporação de novas tecnologias pelas indústrias, máquinas que produziam máquinas, a compra de novos equipamentos no estrangeiro, conservação e modernização da infraestrutura, a informatização, a automação, receberam grandes acréscimos orçamentários. Lentamente, o país deveria contar com novas plantas industriais e com centros

⁸ Gosudarstvenniy Planoviy Komitet, ou Comitê Estatal de Planejamento. Era o órgão encarregado de produzir os planos econômicos que ditavam a condução e produção das empresas industriais e agrícolas pelo país inteiro. Ao Gosnab, Narodny Commissariat Prodovolstviya, ou Comitê de Abastecimento, cabia fazer todos os insumos chegarem às empresas, e que a produção destas chegassem onde eram requisitadas pelas lojas estatais.

que remodelassem continuamente os aspectos produtivos do país. As metas da reforma foram apresentadas no XXVII Congresso do PCUS, em março de 1986. As readequações previam que até o ano 2000 a produtividade do trabalho seria multiplicada por 2,5, o consumo popular aumentaria 30% e o de matéria-prima diminuiria pela metade. Apenas quando os problemas econômicos mais prementes estivessem resolvidos é que reformas mais profundas deveriam começar, como as novas relações monetário-mercantis, ou o livre mercado, e a democratização (GORBACHEV, 1986a, p.43; 50; 60; 78).

No entanto, os resultados foram inesperados e surpreendentes para a liderança. A campanha contra o álcool, que pretendia moralizar o ambiente de trabalho, restabelecer a produtividade e conter o aumento da mortalidade, e que resultou na prisão de milhares, teve como efeito um rombo nas contas do governo, que agora se via sem as divisas energéticas e a dos impostos sobre bebidas. Surgiu um submundo semelhante ao dos Estados Unidos da Lei Seca, com bebidas feitas em banheiras e vendidas ilegalmente. O açúcar, usado pelos falsificadores, entrou em falta e teve que ser racionado para a população, enquanto que cooperativas de cereais para a destilação entraram em crise (FERREIRA, 1990). Outra consequência danosa foi a substituição da vodka pelo ópio, que começou a ser introduzido no país por soldados vindos do maior polo de produção dessa droga, o Afeganistão. O déficit orçamentário ampliou-se ainda mais com a compra de tecnologia do Ocidente e a implosão dos planos de exportação de tecnologia em energia nuclear, que voaram pelos ares junto com o reator de *Chernobyl*⁹.

A perestroika ganha seus contornos fundamentais

Só a partir de 1987 a *perestroika* e a *glasnost* ganharam o sentido comumente usado, de reforma econômica radical e de transparência das ações do governo e liberdade de circulação de informação na sociedade. A *uskorenie*, antes a principal meta, desaparece. Os resultados no abastecimento

⁹ Uma das metas das reformas de Gorbachev era a recondução da URSS ao papel de exportadora de tecnologia e bens manufaturados, ao invés de *commodities* energéticas. Um dos carros-chefes deste programa era a exportação da tecnologia nuclear civil. Chernobyl era ainda fundamental para a economia do país, já que era um complexo de 6 imensos reatores nucleares que forneciam uma parte considerável da eletricidade usada na Ucrânia e Bielorrússia. Esse também foi um dos motivos para os demais reatores estarem operando até hoje. Com a explosão de 1986, o fornecimento de eletricidade para alguns dos principais centros industriais do país foi prejudicado, e com isso a produção despencou nessas áreas.

só viriam a longo prazo. O caráter quantitativo desaparece frente ao qualitativo. Mas quem o asseguraria seria a *grospienka* – uma agência de controle de qualidade. Previa-se uma gradual diminuição do papel da planificação e um aumento das trocas no mercado, numa tentativa de conciliar ambas as formas econômicas e no futuro, legar aos ministérios a formulação de horizontes de desenvolvimento e não o controle e condução das empresas, bem como o incentivo às formas não estatais de propriedade (GORBACHEV, 1988) e a remodelação da propriedade socialista (GORBACHEV, 1987a). A autogestão deveria ser implantada, o que significava que as empresas passariam a depender de seus lucros, controlar seus gastos, seus investimentos, sua produção e comercialização, pagar os operários e os impostos devidos ao governo, dentro de um quadro de tabelamento de preços pelo Estado, ou, como os reformistas preferiam, concedia a liberdade necessária para as empresas e modernizarem e prosperarem.

Falava-se na promoção de formas variadas de propriedade, que aproximassem o trabalhador do trabalho, ou mais precisamente, da necessidade de trabalhar disciplinadamente. As formas econômicas dirigidas deveriam ser substituídas por mecanismos automáticos, uma gestão administrativa ou burocrática pela gestão econômica. A *demokratizatsiya* aparece enquanto revitalização dos *soviets*, que criariam uma pressão pela reforma e se responsabilizariam por alguns setores econômicos diante da descentralização administrativa nas repúblicas, e da implantação do Estado de Direito Socialista, que marcaria o fim da prisão de dissidentes, a consolidação das liberdades adquiridas e a responsabilização dos atos do sistema de segurança. A *glasnost* passou a ser também a imposição de uma revisão ideológica, da exigência do abandono do dogmatismo (GORBACHEV, 1987a, p.31) nas ciências sociais e de uma revitalização da arte e da cultura com o fim da censura.

O ano de 1987 apresentou outras surpresas. Inicialmente falava-se de uma economia aberta que incentivasse a emulação socialista. A política de casa comum europeia, que afirmava o pertencimento da URSS ao mesmo universo que a Europa Ocidental (o que teria deixado espantados os antigos líderes soviéticos, mais preocupados com a aproximação com os países de orientação socialista e revoluções sociais do Terceiro Mundo) previa também uma aproximação do COMECON, o mercado comum socialista, com a CEE, Comunidade Econômica Europeia. Relação que deveria se intensificar com a criação da União Europeia, prevista para 1992. A exposição da economia

civil soviética, montada para ser autárquica e atingir metas distintas da concorrência capitalista, com seus produtos, evidenciou sua incapacidade de competir. O progressivo fim das barreiras econômicas que protegiam e davam a razão de ser da produção soviética propiciou a importação maciça de bens de consumo, a partir de 1989, como meio de apaziguar as tensões sociais crescentes em um ambiente de racionamento cada vez mais geral. Mas, em 1987, ainda afirmava-se que “[...] na URSS não há mercado de capitais, bolsa, ações, letras ou créditos comerciais e não há a intenção de modificar esse estado de coisas no processo de reestruturação da gestão”, ou que “[...] os preços dos principais produtos são e continuarão a ser igualmente fixados por órgãos estatais.” Apenas em 1992 o plano deixaria de controlar quase por completo as trocas entre as empresas (AGANBEGUIAN, 1988).

No ano de 1988, novas transformações ocorrem. As apostas deixam de mirar o convívio de planejamento e mercado pela suplantação de um pelo outro. Invés de um mercado regulado, preferia-se um livre mercado. Invés de um desenvolvimento qualitativo guiado por organismos estatais, confiar-se-ia no mercado como a melhor ferramenta para premiar o trabalho e penalizar o desleixo. Na iniciativa privada, para substituir os funcionários públicos (ZASLAVSKAYA, 1989). Formulava-se, com a ajuda de cientistas sociais, uma política de desigualitarismo social que promovesse a iniciativa dos trabalhadores criativos e penalizasse aqueles que não o fossem. Nesse cenário, novos organismos estatais de controle, como a *grospienka*, que acabara de sair do papel e entrara em atividade, perdem o sentido e são extintos. A burocracia passou a ser denunciada ferozmente. Nesse ano, as empresas passaram a operar segundo a Lei sobre a Empresa Estatal e o sistema de autogestão ou cálculo econômico. Para espanto dos economistas liberais, não ocorreu a retirada progressiva da burocracia das atividades econômicas. Ela assumiu novas formas de diretrizes e circulares, ou ainda a de encomendas estatais – o que foi acusado de sabotagem contra as reformas:

Elas [a Lei de Empresas Estatais] foram postas em vigência através do ‘aparelho’. E este deturpou em grande parte a substância destas leis, a fim de satisfazer às suas ambições corporativas [...] pois de acordo com esta lei eles perdiam o direito de exercer tutela detalhada sobre a atividade das empresas.

Na realidade, isso não foi feito. Estes órgãos administrativos utilizaram a fraseologia da nova lei [...]. O antigo plano diretivo, na forma de tarefas diretamente ordenadas ‘o que produzir e quem devia fazê-lo’, adotou a forma de encomendas estatais, que abrangeram cerca de 90% de todo o volume de participação da industrial [...].

E quando se soube, por exemplo, que as ceifadeiras-debulhadoras produzidas de acordo com esta encomenda em Krasnoiarsk não foram compradas pelos *kolkhozes* e *sovkhozes* e que a empresa produtora caiu em difícil situação financeira, o referido Ministério não assumiu responsabilidade alguma pela encomenda injustificada, nem podia assumi-la (POMERANZ, 1990, p.56).

O caos gerado pela contradição entre a autogestão das empresas e a tutela entregue aos *sovietes* republicanos e locais dentro da política descentralizadora não era inventariado pelos reformistas como causa do retorno do racionamento de gêneros básicos em 1988-89 – um quadro que o país não presenciava desde os anos posteriores à Segunda Guerra.

O ímpeto pelo livre mercado e pela privatização que tomava conta da cúpula do partido alarmou até mesmo deputados conservadores ingleses que visitaram o Kremlin em fins de 1988. Esse ímpeto teve respaldo e reverberação na mídia estatal (KAGARLITSKY, 1993). Gerou-se uma ilusão coletiva em torno do mercado e de suas benesses: vários movimentos sindicais – que abraçaram as orientações dos novos protopartidos, em gestação ou oriundos do PCUS, como o Grupo Inter-regional de Deputados – fizeram greves exigindo o livre mercado, a privatização das empresas estatais e a desregulamentação econômica. (POCH-DE-FELIU, 2003).

O processo de *privatizatsia* dava seus primeiros passos com a liberalização de arrendamentos privados da terra, a concessão de empresas para cooperativas e o foco dos empréstimos e financiamentos para o nascente setor privado e não mais as firmas estatais ou cooperativas de modelo antigo. As tentativas de sabotar essas reformas, com o aumento das encomendas estatais pelos ministérios em rebelião, levou primeiro à exclusão destes do Comitê Central do partido, impedindo de agirem sobre as estatais através do poder político, e por fim, em 1989, na abolição do Plano Quinquenal. Demonstrariam que a presença do Estado na economia era danosa. Para que a reconstrução avançasse, era necessário destruir as fundações antigas. As novas brotariam naturalmente. O mercado promoveria isso, uma vez que emergiria imediatamente após o fim da tutela estatal. Entretanto, as coisas não correram como os reformistas imaginaram. Não havia livre-mercado. Os serviços privados baseavam-se largamente em descaminho e outras práticas financiadas ou sustentadas pela máfia. Os problemas econômicos invés de serem resolvidos de uma maneira natural pelas molas do novo sistema, acumulavam-se e escapavam de qualquer controle.

Desenvolvimentos finais da *perestroika* e crise econômica

A autogestão e a desnacionalização não poderiam vingar com um sistema de preços tabelados, que tornava prejuízo certo produzir um grande número de artigos essenciais. O que pode ser levantado como uma das principais causas do fracasso da *perestroika*, já que a liderança titubeava em tomar decisões diretas e impopulares como a reforma e liberalização de preços. Algumas figuras iminentes, que passaram a ser rotuladas como conservadores, como o primeiro-ministro Ryzhkov, defendiam desde o início a revisão dos preços. E jamais aprovaram a completa destruição do sistema de planejamento econômico. A China, que em sua reforma não aboliu a espinha dorsal formada pelo Plano Quinquenal, colheu frutos, ao contrário dos reformistas do Kremlin. A descentralização da gestão econômica nas repúblicas lançou o caos entre as empresas, livres das interferências e burocracias de Moscou e submetidas às novas localmente, bem como o início das hostilidades entre elas, que bloqueavam a produção em um país com uma forte regionalização e integração econômicas. Produtos azeris, como material de limpeza, não podiam abastecer as casas e hospitais soviéticos uma vez que o conflito com a Armênia bloqueou as ferrovias. Um dos resultados foi uma epidemia nacional de piolhos. A regionalização econômica também se configurava na concepção das repúblicas como peças de uma linha de montagem. Partes de uma mesma mercadoria eram produzidas em repúblicas diferentes e posteriormente unidas. A crise nacionalista afetou seriamente essa divisão regional do trabalho.

Como reformista, Gorbachev se viu no difícil papel de “Papa e de Lutero” (BROWN, 1996, p.93), e teve que assumir um discurso ambíguo, em torno da purificação do leninismo e do uso de antigos termos para expressar novos conceitos, para levar adiante seu processo revolucionário de ocidentalização, ou modernização, segundo modelos externos considerados bem-sucedidos. Pode-se afirmar que o projeto de modernização era também de ocidentalização, uma vez que previa a convergência dos dois mundos. Entre esses modelos o mais atrativo aparenta ter sido o espanhol. A *glasnost* poderia assumir as funções do processo de democratização, fim da censura e do desmonte da ditadura franquista. A *perestroika*, a inserção do país na Comunidade Econômica Europeia e no circuito de comércio internacional, atração de capital e investimento estrangeiro, desregulamentação e desnacionalização econômicas. Todos os processos iniciados por um líder

com amplos poderes, como era o caso de Juan Carlos II, após a queda do franquismo, num país não homogêneo culturalmente. A reforma se processou sem maiores sobressaltos excetuando o aumento da atividade do ETA¹⁰ e de algumas ameaças de golpe. Porém, a classe política espanhola seria muito mais responsável que a russa (BROWN, 1996, p.254). Se recusar-se o modelo espanhol como um possível vislumbre do Kremlin, e virar-se os olhos para o Leste, China, Hungria e Iugoslávia apresentavam modelos com anos ou décadas de prática bem-sucedida do que se tentou realizar econômica e politicamente em 1988 na URSS. Mas não se enquadrariam seriamente como modelos após 1988. Pode-se fazer um resumo dos passos da *perestroika*:

Os dois critérios econômicos de um sistema comunista - comando ao invés de economia de mercado e propriedade do Estado ao invés de propriedade privada ou mista - sobreviveu por mais tempo do que o centralismo democrático e o papel dirigente do partido. Mas eles não sobreviveram incólumes. Até o final de 1989, a economia de comando foi deixando de funcionar. A Lei sobre a Empresa Estatal de 1987 havia devolvido o poder aos gerentes de fábrica, e o Comitê Estatal de Planejamento (Gosplan), o Ministério das Finanças e o setor dos ministérios industriais estavam perdendo sua capacidade de controlar empreendimentos econômicos. Além disso, Gorbachev tinha abolido em setembro de 1988 a maioria dos departamentos econômicos do Comitê Central, de modo que o partido tinha essencialmente perdido o seu papel de liderança na economia. As mudanças debilitaram a camada superior de comando do que os economistas ocidentais nomearam de economia de comando, o que na União Soviética havia sido chamado de economia planificada, e que o próprio Gorbachev, desde 1988, pejorativamente rotulou de sistema de comando-administrativa. (BROWN, 2010, p.520, tradução livre).

O processo de desnacionalização teve diferentes propostas formuladas pelos diferentes e cada vez mais hostis grupos políticos. Pode-se falar mais em hostilidade do que em antagonismo uma vez que as metas propriamente ditas não variavam de maneira inconciliável, mas sim seus cronogramas. O que se costuma chamar de conservadores, por mais variados internamente que fossem, preferiam uma reforma gradual que preservasse alguma coisa dos planos quinquenais e dos ministérios econômicos. Foi o projeto que se impôs pelas mãos do Congresso em fins de 1989. O *Plano Abalkin*, cujo cronograma se estendia até o ano 2000, pretendia privatizar a maior parte da economia, tornar o rublo conversível e estabelecer um livre mercado sem

¹⁰ *Euskadi Ta Askatasuna*, ou Pátria Basca e Liberdade. Grupo terrorista que defende a separação do País Basco da Espanha.

a presença de planos e ministérios. Era o favorito de Gorbachev. Derrotado em 1989, acabou sendo adotado temporariamente em 1990. Os reformistas radicais, encabeçados politicamente por Yeltsin, Sobchak e Popov, exigiam a adoção da terapia de choque ao estilo polonês. Em meados de 1990, a aproximação entre os grupos reformistas de Gorbachev e Yeltsin gerou o Plano dos 500 dias, uma terapia de choque que preservava o objetivo de livre mercado e estabelecia um prazo maior do que 300 dias, recomendado pela equipe de Yeltsin. Entretanto o plano não foi aplicado. Aqueles que veem um Gorbachev marxista-leninista, indicam essa atitude como mostra do zelo ideológico com o comunismo (VOLKOGONOV, 2008). Ou, como socialista, decidiu-se contrário ao choque econômico (HOUGH, 1997).

Parece ser mais correta a análise que entende esse ato como expressão de fraqueza política, diante da impopularidade e desagregação dos instrumentos efetivos de poder, como uma postergação, enquanto se buscava novas alianças políticas que permitissem a imposição forçada da redefinição de propriedade a contragosto de amplos setores sociais. Assim, a fase autoritária da *perestroika* ganha um novo sentido e a crença de que os golpistas de agosto pretendiam um retorno ao comunismo perde espaço. O sentimento de desordem diante do recuo econômico, que em janeiro de 1991 foi de 50% da produção industrial, favoreceu a ascensão do conservador Pavlov ao cargo de primeiro-ministro – o que também era parte das trocas políticas com o setor conservador para formar uma base de apoio à Gorbachev. Essa aliança com os antigos inimigos era costurada desde fins de 1990. Os rumos da reforma mudaram abruptamente mais uma vez, como forma de concessão a esses mesmos grupos. A transição para a economia de mercado seria gradual, o Estado manteria parte do controle acionário das empresas, os ministérios teriam algum papel – o de informação, os arrendamentos de terra não seriam convertidos em propriedade privada, o foco dos investimentos deixaria de ser em bens de consumo para se concentrar na modernização do setor de bens de capital, a União retomaria o controle da situação econômica nas repúblicas. (GORENDER, 1992).

Quando a *glasnost* passou a denotar liberdade de expressão, reunião e publicação, tornaram-se possíveis comícios e manifestações em larga escala, a disseminação e a atuação política de oposições dentro e fora do partido, bem como de movimentos dos mais variados: nacionalistas, tradicionalistas, religiosos, fascistizados, anarquistas, sindicalistas, marxistas-leninistas puristas, liberais,

que ofereciam um campo fértil para a carreira política, como demonstraram a nova política de militantes de rua de Yeltsin, como forma de arrebanhar votos ou promover pressão sobre instituições. Entretanto, não foram as lutas de rua no Báltico ou mesmo confrontos armados no Cáucaso o grande desafio para a unidade da URSS. Seu maior efeito foi sobre a regionalizada economia do país e o consequente racionamento provocado com a interrupção do circuito econômico. Mas nenhum governo republicano caiu devido às manifestações propiciadas pela *glasnost* – não por populares. O entrelaçamento entre *glasnost* e *demokratizatsiya*, entre a possibilidade de expressar a ira popular e a capacidade de demonstrá-la nas urnas, foi realmente decisivo. A partir desse fenômeno as seções do partido no Báltico foram tomadas pelo nacionalismo (KAGARLITSKY, 1990) e deram os primeiros passos para a soberania, novas lideranças se tornaram possíveis para o campo reformista, desalojando Gorbachev, e políticos como Yeltsin ou Gamsakhúrdia chegaram ao poder em suas respectivas repúblicas.

Considerações finais

O grupo de Gorbachev acreditava ser possível e preferível coordenar e direcionar politicamente os novos grupos sociais e políticos para a execução e apoio de sua agenda, encontrando forças para pressionar o partido a se reformar, ao mesmo tempo barrando e cooptando o radicalismo interno desses movimentos. (LÉVESQUE, 1997). A realidade foi muito mais dura do que puderam prever. Nem a atividade política desses grupos foi constante, nem ficou sob a batuta do *Kremlin*, de forma a ser aproveitada no jogo do poder. O fracionamento do poder nas bases, nos *soviets* locais e da União e a concentração do poder de cúpula, da direção colegiada do Politburo e do Comitê Central nas mãos de um presidente com amplas atribuições e prerrogativas, e que reunia ainda os cargos de secretário-geral do único partido oficial do país até 1991 e de presidente do Soviete Supremo e condutor de suas seções e votações, não funcionou como previram e a cúpula se viu alijada de poder real, apesar de conseguir vitórias em casos antes tidos como perdidos no Legislativo da União, mas amargar também derrotas inescapáveis.

A separação entre partido e Estado e o auto-imposto afastamento do partido de várias esferas da vida social e econômica não resultaram em maior dinamismo do sistema e em facilidades para reformá-lo sem a presença de uma oposição encastelada na máquina, como uma necessária emergência do livre mercado. Mas sim na pane do mesmo sistema.

A modernização da URSS assumiu os contornos de uma ocidentalização das instituições e do sistema político, social e econômico, bem como de uma aproximação diplomática com o Ocidente, culminando no apoio à intervenção armada da aliança em torno dos Estados Unidos, no Golfo. Descortinou uma séria polarização entre reformistas parciais e reformistas radicais, estes últimos capitaneados inicialmente por Gorbachev, mas cada vez mais magnetizados por Yeltsin. Conflito que pode ser vislumbrado também como sendo mais um capítulo da luta entre ocidentalistas e eslavófilos (ENGLISH, 2000; BERTONHA, 2008). Os reformistas como um todo mudaram suas ideias durante a *perestroika*. Essa transição era necessária se desejassem continuar no cenário político em mutação. Aganbeguian pedia a tradução de Friedman para aclarar os estudos sobre o mercado. Petrakov, um dos pais do Plano dos 500 Dias, inicialmente era a favor da transição gradual para a economia de mercado (POMERANZ, 1990). Pode-se argumentar que os mandatos de Gorbachev e de Yeltsin foram marcados mais pela continuidade do que pela ruptura, e em segmentos opostos ao que se poderia imaginar inicialmente. O continuísmo fica claro com o *Plano Gaidar*, ou Dos Dois Anos, que adotou um cronograma similar ao programa de 1990, o que levou a Rússia ao cataclismo econômico: filas para produtos encontrados mesmo nos tempos soviéticos, desindustrialização maciça, redução demográfica pela superação da natalidade pela mortalidade, empobrecimento profundo da população, longos atrasos dos salários do funcionalismo e dos benefícios sociais como aposentadorias, hiperinflação, degradação da infraestrutura, fome. Também na sobrevivência de figuras aliadas de Gorbachev na administração Yeltsin, como o primeiro-ministro Primakov. A maior ruptura foi política. O governo central adotou a força para conter manifestações e movimentos separatistas. Se o multipartidarismo foi aprovado por Gorbachev, Yeltsin reconduziu o maior partido do país à clandestinidade dos tempos czaristas, com a proibição do PCUS, ainda em agosto de 1991.

Referências

- AGANBEGUIAN, Abel G. *Perestroika*. Mira-Sintra: Europa-América, 1988.
- BACON, Edwin; SANDLE, Mark. *Brezhnev reconsidered*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.
- BERTONHA, João Fábio. *Rússia: ascensão e queda de um império*. Curitiba: Juruá, 2009.

- BIALER, Seweryn. *The Soviet paradox*. Londres: I.B.Tauris, 1986.
- BRESLAUER, George. *Gorbachev and Yeltsin as Leaders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BROWN, Archie. *Seven years that changed the world*. Nova York: Oxford University Press, 2007.
- _____. *The Gorbachev factor*. New York: Oxford University Press, 1996.
- _____. *The Rise and fall of communism*. Londres: Harper Collins, 2010.
- BROWN, Archie; SHEVTSOVA, Lilia. *Gorbachev, Yeltsin & Putin: a liderança política na transição russa*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- BRZEZINSKI, Zbigniew K. *O grande fracasso*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.
- DIAS, Reginaldo. A crise da memória durante a perestroika e a emergência das alternativas derrotadas. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, N. 6, UEM, Maringá, 1995, pp. 225-253.
- ENGLISH, Robert D. *Russia and the Idea of the West*. Nova York: Columbia University Press, 2000.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Perestroika*. São Paulo: Inconfidentes, 1990.
- GORBACHEV, Mikhail. *A proposta*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.
- _____. *A URSS rumo ao século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 1986.
- _____. *Glasnost*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Perestroika*. São Paulo: Best Seller, 1988.
- GORENDER, Jacob. *O fim da URSS*. São Paulo: Atual, 1992.
- GRANT-FRIEDMAN, Andrea Rebeccah. *Soviet sociology, perestroika, and the politics of social inequality*. Los Angeles: University of California\ ProQuest, 2008.
- HOBSBAMW, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOUGH, Jerry F. *Democratization and revolution in the USSR: 1985-1991*. Washington: The Brookings Institution, 1997.

- KAGARLITSKY, Boris. *A desintegração do monólito*. São Paulo: UNESP, 1993.
- _____. *Farewell perestroika*. Londres: Verso, 1990.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LÉVESQUE, Jacques. *The enigma of 1989: the USSR and the liberation of Eastern Europe*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MEDVEDEV, Zhores. *Gorbachev*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- MLYNAR, Zdenek (org.) *O projeto Gorbachev*. São Paulo: Mandacaru, 1987.
- POCH-DE-FELIU, Rafael. *La gran transición: Rusia. 1985-2002*. Barcelona: Crítica, 2003.
- POMERANZ, Lenina (org.) *Perestroika*. São Paulo: USP, 1990.
- RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. Tese de Doutorado. USP. Área de Concentração: História Econômica. São Paulo, 2006.
- SEGRILLO, Angelo. *O declínio da URSS*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, Franciscon Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. *Impérios na história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- VICENTINO, Cláudio. *Rússia: antes e depois da URSS*. São Paulo: Scipione, 1995.
- VOLKOGONOV, Dmitri. *Os sete chefes do Império Soviético*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- YAKOVLEV, Alexander. *O que queremos fazer da União Soviética: o pai da perestroika se explica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- ZASLÁVSKAIA, Tatiana. *A estratégia social da perestroika*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.